



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, com sede no Setor de Autarquia Sul, Quadra 2, Bloco O, Asa Sul, Brasília – Distrito Federal, CEP 70.070-946, inscrito na Receita Federal do Brasil no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o nº 29.979.036/0001-40.

O INSS foi instituído pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).

Compete ao INSS conceder, manter e gerir os benefícios e serviços previdenciários oriundos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos da Lei nº 8.213 de 24/07/1991 e do art. 68 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101, de 4 de maio de 2000, assim como os benefícios de caráter assistencial, comumente chamados de Benefícios de Prestação Continuada – BPC, instituídos pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social e regulamentados por meio do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

No exercício de 2014 houve a cisão das atividades relacionadas com a prestação de serviços de caráter previdenciário e assistencial, ocasião em que os benefícios previdenciários passaram a ser pagos pelo Fundo Geral de Previdência Social – FRGPS e, pelo INSS, os benefícios assistenciais, Encargos Previdenciários da União – EPU, assim como as despesas com custeio relativas à manutenção, concessão e gerenciamento desses benefícios.

Dessa forma, a contabilização dos benefícios previdenciários passou a ser efetuada no Órgão 37904 – FRGPS.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

Por sua vez, os Benefícios de Prestação Continuada – BPC de caráter assistencial, juntamente com a manutenção da máquina administrativa, continuaram a ser registrados no Órgão 37202 – INSS, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 1 – Relação das Despesas com EPU e LOAS.

R\$

Origem Orçamentária	Natureza Despesa Detalhada	2º Trimestre 2017	2º Trimestre 2016
EPU	Complementação de Aposentadoria - Pes. Civil	250.004.033,24	267.186.552,94
	Complementação de Pensões - Pessoal Civil	230.260.605,82	235.324.780,53
	Pensões Vitalícias de Seringueiros	119.019.199,76	117.341.786,49
	Pensões das Vítimas de Hanseníase	54.302.994,39	55.381.477,69
	Pensões de Anistiados Políticos	42.887.257,83	42.953.937,40
	Pensões da Síndrome de Talidomida	15.941.017,75	14.756.717,48
	Pensões Graciosas/Indeniz. Leis Específicas	739.096,34	871.458,01
	Pensões das Vítimas da Hemodiálise de Caruaru	307.367,33	290.422,92
	13º Salário - Pensões Civil - Encargos Previdenciários da União - EPU	1.261,27	3.279,18
	Salários-Família Inativo Civil	188,70	199,05
	EPU Total		713.463.022,43
LOAS	Benefícios ao Deficiente	14.359.418.126,76	12.818.781.804,24
	Benefício ao Idoso	11.460.600.078,46	10.425.330.447,79
	Renda Mensal Vitalícia - Invalidez	646.398.935,27	678.177.000,82
	Renda Mensal Vitalícia - Idade	114.162.800,40	138.377.809,99
LOAS Total		26.580.579.940,89	24.060.667.062,84
TOTAL		27.294.042.963,32	24.794.777.674,53

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

Nos termos do art. 201 da CF/1988, a Previdência Social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, buscando atender a cobertura de eventos relacionados com doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à maternidade, especialmente à gestante; a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; o salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda, como também, a pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e seus dependentes.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Segundo Trimestre de 2017

Os benefícios assistenciais estão disciplinados no art. 203 da CF/1988, o qual estabelece que a assistência social seja prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, tendo como objetivos a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; o amparo às crianças e adolescentes carentes; a promoção da integração ao mercado de trabalho; a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária e a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

Os EPU são gastos destinados ao pagamento de proventos com aposentadorias e pensões decorrentes de Leis Específicas, conforme discriminado na tabela 1.

A quantidade de créditos no segundo trimestre do exercício de 2017 por espécie de Benefícios com EPU estão discriminados na tabela a seguir.

Tabela 2 – Quantidade de Créditos com Encargos Previdenciários da União – EPU.

Discriminação	Quantidade				
	Junho/17	Mai/17	Abril/17	Total	Média
ECT	5.149	5.168	5.187	15.504	5.168
Rede Ferroviária	42.122	42.392	42.601	127.115	42.372
Estatutário	878	885	892	2.655	885
Anistiados	654	652	660	1.966	655
Talidomida	1.052	1.054	1.046	3.152	1.051
LOAS	4.604.348	4.599.304	4.587.652	13.791.304	4.597.101
Hemodiálise - Caruaru	54	54	55	163	54
Hanseníase (Esp. 96)	6.014	6.045	6.069	18.128	6.043
TOTAL	4.660.271	4.655.554	4.644.162	13.959.987	4.653.329

Fonte: DATAPREV - Nota Técnica, competência Abr/Mai/Jun/2017.

Os recursos financeiros para pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais são transferidos da Setorial Financeira do Ministério da Previdência Social, Órgão 33.000 e do Ministério do Trabalho e Previdência Social, Órgão 42.000 e recebidos pelo INSS, Órgão 37202, por meio de sua Setorial Financeira. No entanto, as fontes que são de uso exclusivo do



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

FRGPS são repassadas da Setorial Financeira do Órgão 37202 para a Setorial Financeira do Órgão 37904.

A Tabela 3 demonstra os valores recebidos pelo INSS por repasse no segundo trimestre do exercício de 2017.

Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios Previdenciários.

R\$

Tipo de Fonte	Fonte	Fonte Recursos	Valor
Fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	54	Recursos do Regime Geral de Previdência Social	150.177.168.310,87
	88	Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	63.007.929.642,00
	44	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	16.002.935.467,00
Subtotal			229.188.033.419,87
Não é fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	00	Recursos Ordinários	9.279.742.203,06
	51	Contribuição Social s/o Lucro das Pessoas Jurídicas	5.434.844.322,18
	69	Contribuição. Patronal p/Plano de Seguridade Social Servidor	598.069.178,71
	18	Contribuições Sobre Concursos de Prognósticos	119.436.710,49
Subtotal			15.432.092.414,44
TOTAL			244.620.125.834,31

Fonte: SIAFI, 2017.

A estrutura organizacional do INSS é constituída por 05 (cinco) Superintendências Regionais, 104 (cento e quatro) Gerências Executivas e 1.664 (mil seiscentos e sessenta e quatro) Agências da Previdência Social - APS¹. A concessão e manutenção dos benefícios previdenciários e assistenciais ocorrem nas APS. Para isso, o INSS conta em sua estrutura com um conjunto de bens móveis e imóveis para atendimento de sua clientela, bem como direitos que garantem a manutenção desses serviços.

A Tabela 4 relaciona os principais grupos de contas do ativo, no qual é possível observar a relevância dos subgrupos “Imobilizado” e “Demais Créditos e Valores à Curto Prazo”, que correspondem a 51,37% e 27,95% do ativo total no segundo trimestre do exercício

¹ Fonte: Portal INSS, base de dados da TB0700, em 18.7.2017.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

de 2017, respectivamente, face aos 47,24% e 29,9% dos mesmos Subgrupos no segundo trimestre do exercício de 2016.

Enquanto no Subgrupo “Imobilizado” houve um acréscimo de 1,92% nos dois períodos comparados, o Subgrupo “Demais Créditos e Valores a Curto Prazo” houve um decréscimo de 9,96% no mesmo período.

Tabela 4 – Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Ativo.

R\$

Grupo	Subgrupo	Junho 2017	AV% 2017	AH% 2017	Junho 2016	AV% 2016
Ativo Circulante	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.074.171.338,57	19,44	-19,03	1.326.571.232,43	22,50
	Demais Créditos e Valores à Curto Prazo	1.544.294.971,32	27,95	-9,96	1.715.075.218,24	29,09
	Estoques	29.800.472,98	0,54	2,54	29.063.553,49	0,49
	Variação Patrimonial Diminutiva PG Antecipada	222.534,17	0,00	-5,01	234.274,21	0,00
Subtotal		2.648.489.317,04	47,93	-13,76	3.070.944.278,37	52,10
Ativo Não Circulante	Ativo Realizável à Longo Prazo	27.554.783,04	0,50	-2,61	28.291.892,54	0,48
	Investimentos	10.934.553,13	0,20	0,00	10.934.553,13	0,19
	Imobilizado	2.838.211.634,71	51,37	1,92	2.784.663.592,61	47,24
	Intangível	-	0,00	-100,00	11.976,25	0,00
Subtotal		2.876.700.970,88	52,07	1,87	2.823.902.014,53	47,90
TOTAL		5.525.190.287,92	100,00	-6,27	5.894.846.292,90	100,00

Fonte: SIAFI/2017, 2016

Dentre as contas que compõem o subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo do INSS, merecem destaque os direitos relacionados com créditos por danos ao patrimônio, formado basicamente por pagamentos indevidos de benefícios previdenciários, recebimento de valores por terceiros relacionados com dolo, má-fé ou fraude, erros administrativos, fraude, entre outros.

O Imobilizado é constituído basicamente por bens móveis e imóveis de uso especial que são utilizados para a prestação de serviços à sociedade.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

As obrigações do INSS são compostas por débitos junto a fornecedores e prestadores de serviços, obrigações trabalhistas e fiscais, como também débitos decorrentes de empréstimos e financiamentos.

A Tabela 5 relaciona os grupos de contas que compõe o passivo.

Os subgrupos de contas do passivo, que se destacam por sua relevância, são as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar, pertencentes ao grupo Passivo Circulante, que correspondem a 25,33% do total do Passivo no segundo trimestre do exercício de 2017, face aos 36,44% do total do Passivo no segundo trimestre do exercício de 2016, evidenciando ainda uma queda de 34,94% em comparação dos dois períodos.

O Subgrupo de contas “Empréstimos e Financiamentos à Longo Prazo”, pertencentes ao grupo Passivo Não Circulante, equivale a 836,61% do total do Passivo no segundo trimestre do exercício de 2017, face aos 686,71% do total do Passivo no segundo trimestre do exercício de 2016, evidenciado ainda um aumento de 14,19% em comparação dos dois períodos.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

Tabela 5 – Resumo dos Principais Grupos e Subgrupos do Passivo e Patrimônio Líquido.

R\$

Grupo	Subgrupo	Junho 2017	AV% 2017	AH% 2017	Junho 2016	AV% 2016
Passivo Circulante	Obrig. Trabalhistas. Previd. E Assist. à Pagar-CP	1.399.534.440,85	25,33	-34,84	2.147.956.252,70	36,44
	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	416.447.790,65	7,54	-47,73	796.736.409,72	13,52
	Obrigações Fiscais à Curto Prazo	315.186,83	0,01	2,25	308.264,81	0,01
	Provisões à Curto Prazo	-	0,00	-100,00	7.441,09	0,00
	Demais Obrigações à Curto	326.212.792,27	5,90%	35,42	240.892.084,03	4,09
Subtotal		2.142.510.210,60	38,78	32,75	3.185.900.452,35	54,05
Passivo Não Circulante	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assist.	-	0,00	0,00	-	0,00
	Empréstimos e Financiamentos à Longo Prazo	46.224.164.859,72	836,61	14,19	40.480.329.382,50	686,71
	Demais Obrigações à Longo Prazo	617.107,09	0,01	-9,61	682.704,69	0,01
Subtotal		46.224.781.966,81	836,62	14,19	40.481.012.087,19	686,72
Patrimônio Líquido	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	0,00	-100,00	82.767,45	0,00
	Demais Reservas	90,10	0,00	0,00	90,10	0,00
	Resultados Acumulados	-42.842.101.979,59	-775,40	13,42	-37.772.149.104,19	-640,77
Subtotal		5.525.190.287,92	100,00	-6,27	5.894.846.292,90	100,00
TOTAL		5.525.190.287,92	100,00	-6,27	5.894.846.292,90	100,00

Fonte: SIAFI, 2016/2017

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil, a estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis do INSS obedecem aos ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública – NBCT SP, a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, bem como da Lei Complementar nº 101/2000.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Segundo Trimestre de 2017

O Balanço Orçamentário - BO demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas².

O Balanço Financeiro - BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte³.

O Balanço Patrimonial - BP é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual⁴.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP** evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Esse item contempla numerários advindos de contribuições previdenciárias e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados na Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

A conta Caixa e Equivalentes de Caixa são compostas pelas transferências de recursos originados de receitas de contribuições e de alienação de bens imóveis, arrecadados pelo INSS, cuja destinação é para o pagamento das despesas oriundas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa.

² MCASP: MANUAL DE CONTABILIDADE Aplicada ao Setor Público. Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 6. Ed.; 2014.

³ Idem.

⁴ Idem.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

(b) Demais Créditos e Valores à Curto Prazo.

Compreendem os direitos a receber a curto prazo relacionados com adiantamentos concedidos a funcionários, créditos por danos ao patrimônio decorrente de pagamento indevido, fraude, erro ou dolo apurados em Tomada de Contas Especial – TCE, tributos a compensar e a recuperar, outros créditos restituível e valores compensáveis, tais como os valores apreendidos por decisão judicial, assim como os ajustes necessários para o reconhecimento da perda do valor

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e o registro de ajuste para perdas é formado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

(c) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo, acrescidos dos gastos necessários para colocarem em condições de uso. Os principais itens que compõe a conta de estoque são com almoxarifado e materiais que se encontram em trânsito.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente

Neste grupo de contas são registradas as contas de despesas pagas antecipadamente e que contribuem para prestação de benefícios por mais de um período. São avaliados pelo custo e composto por itens como Prêmio de Seguro, Tributos pagos e VPD Financeiras pagas antecipadamente.

(e) Ativo Realizável a Longo Prazo

Créditos a Longo Prazo compreendem os direitos a receber a longo prazo, relacionados com Depósitos Judiciais Efetuados, Valores Apreendidos por Decisão Judicial, Créditos a Recuperar e Títulos a Receber



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

Os créditos são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias.

(f) Imobilizado

No âmbito do INSS, o imobilizado é composto por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades operacionais no Órgão, dos quais são reconhecidos com base no valor de aquisição acrescidos dos impostos não recuperáveis e outros gastos necessários para colocar o ativo em operação.

(g) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo

Compreendem obrigações registradas pelo custo decorrentes despesas com benefícios assistências e previdências, encargos sociais e despesas com pessoal.

(h) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

São registradas as obrigações com fornecedores de bens e serviços adquiridos no país o no exterior.

(i) Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Correspondem as obrigações fiscais com Municípios, Estados e com a União.

3. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nota 01 – Demais Créditos e Valores de Curto Prazo

Os Demais Créditos e Valores a Curto Prazo são compostos pelos Adiantamentos Concedidos, Créditos por Dano ao Patrimônio, os Depósitos Restituíveis de Valores Vinculados e Outros Créditos a Receber de Valores de Curto Prazo. São reconhecidos, inicialmente, com base no valor original.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

No segundo trimestre de 2017, o INSS apresentou um saldo de R\$ 1,544 bilhão referente a Créditos e Valores de Curto Prazo.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Demais Créditos e Valores de Curto Prazo do segundo trimestre de 2016 e 2017.

Tabela 6 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Composição.

R\$

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	Junho/2017	Junho/2016	AH%
Adiantamentos Concedidos	463.645.204,03	466.524.256,45	-0,62
Créditos por Dano ao Patrimônio	754.935.933,77	917.764.653,39	-17,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	8.628.868,50	9.252.517,31	-6,74
Outros Créditos a Receber e valores de Curto Prazo	330.879.970,84	330.625.815,86	0,08
Ajuste de Perdas Demais Créditos e Valores Curto Prazo	-13.795.005,82	-9.092.024,77	51,73
TOTAL	1.544.294.971,32	1.715.075.218,24	-9,96

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

Merecem destaque os Créditos por Danos ao Patrimônio. Em Junho de 2017 totalizou-se R\$ 754 milhões e estão distribuídos em dois Subgrupos conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 7 – Créditos por Dano ao Patrimônio – Composição

R\$

Créditos por Dano ao Patrimônio	Junho/2017	Junho/2016	AH%
Crédito por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo	544.023.247,16	709.468.340,42	-23,32
Crédito por Dano ao Patrimônio Apurado em TCE	210.685.301,64	208.296.312,97	1,15
Crédito por Dano ao Patrimônio Apurado em Processo Judicial	227.384,97	-	100
TOTAL	754.935.933,77	917.764.653,39	-17,74

Fonte: SIAFI, 2016/2017

Dos Créditos por Dano ao Patrimônio, 72% referem-se aos Créditos por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo, os quais são compostos, em grande parte, pelos Pagamentos Indevidos de Benefícios – Pós Óbito.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Segundo Trimestre de 2017

A variação negativa de 23,32%, ocorrida entre Junho de 2016 e Junho de 2017 dos Créditos por Dano ao Patrimônio de Crédito Administrativo é explicada em virtude de transferência dos créditos de caráter previdenciário para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS.

Nota 02 – Imobilizado

O Imobilizado é composto pelos Bens Móveis e Imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

No segundo trimestre, o INSS apresentou um saldo de R\$ 2,838 bilhões relacionados ao Imobilizado.

Na tabela a seguir é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, para o segundo trimestre de 2016 e 2017.

Tabela 8 – Imobilizado – Composição.

	R\$		
Imobilizado	Junho/2017	Junho/2016	AH%
Bens Móveis			
Valor Bruto Contábil	536.149.827,80	501.809.141,14	6,84
Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-280.237.751,19	-235.556.866,31	18,97
Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	-
Bens Imóveis			
Valor Bruto Contábil	2.582.315.089,01	2.518.434.051,75	2,54
Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-	-
Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-	-
TOTAL	2.838.227.165,62	2.784.686.326,58	1,92

Fonte: SIAFI, 2016/ 2017.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Segundo Trimestre de 2017

Vale destacar a variação positiva de 18,97% na Depreciação entre o segundo trimestre de 2016 e 2017. Explica-se pelo maior desgaste ou obsolescência dos itens patrimoniais em utilização, bem como a aquisição de novos Bens pelas unidades do INSS.

Bens Móveis

Os Bens Móveis do INSS, em 30/06/2017, totalizaram R\$ 536 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis, conforme detalhados na tabela a seguir.

Tabela 9 – Bens Móveis – Composição.

	R\$		
Bens Móveis	Junho/2017	Junho/2016	AH%
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	44.331.699,95	40.382.720,89	9,78
Bens de Informática	214.765.634,46	208.698.667,02	2,91
Móveis e Utensílios	223.570.169,41	199.984.143,24	11,79
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	13.346.765,14	13.318.882,24	0,21
Veículos	17.657.548,62	17.707.706,01	-0,28
Armamentos	7.800,00	7.800,00	-
Demais Bens Móveis	22.470.210,22	21.709.221,74	3,51
TOTAL	536.149.827,80	502.423.347,75	6,71

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

Dos Bens Móveis registrados no INSS, 82% referem-se a Bens de Informática e Móveis e Utensílios, os quais são compostos por Equipamentos de Processamento de Dados e Mobiliários em Geral.

Bens Imóveis

Os bens de uso especial do INSS são aqueles destinados a uma finalidade específica, ou seja, bens imóveis de propriedade do Instituto considerados necessários, ainda que futuramente, e vinculados às suas atividades operacionais.

Os imóveis de uso especial são classificados em operacionais, funcionais e em reserva técnica. Consideram-se Operacionais, os imóveis destinados às atividades institucionais do INSS, tais como Agências da Previdência Social, sede das Gerências-Executivas,



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Segundo Trimestre de 2017

Superintendências Regionais e Administração Central. Já os Funcionais são imóveis residenciais, localizados no Distrito Federal, destinados à ocupação por servidores ou dirigentes do INSS, ou do Ministério da Previdência Social (art. 3º da Resolução nº 265/PRES/INSS, de 14 de janeiro de 2013), e aqueles que, por suas características e localização, sejam declarados pelo INSS como relacionados aos seus objetivos institucionais. Por fim, os de Reserva técnica são imóveis destinados à ocupação futura por qualquer unidade do Instituto.

Os Bens Imóveis do INSS no segundo trimestre de 2017 totalizaram R\$ 2,582 bilhões e estão contabilizados em grande parte na conta de Bens de Uso Especial não registrado no SPIUNET.

Tabela 10 – Variação Percentual de Bens Imóveis.

R\$

Conta Contábil	Junho/2017	Junho/2016	AH%
Bens de Uso Especiais não Registrados no SPIUNET	2.353.994.280,18	2.220.033.143,12	6,03
TOTAL	2.353.994.280,18	2.220.033.143,12	6,03

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

A variação apresentada de 6,03% entre o segundo trimestre de 2016 e 2017 encontra-se dentro do esperado. Isso se justifica pelas transferências durante o ano de Imóveis do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS para o INSS.

Tabela 11 – Bens de Uso Especial não Registrado no SPIUNET – Composição no 2º Trimestre 2017.

R\$

Bens de uso Especial	2º Trimestre/2017
Imóveis Residenciais / Comerciais	293.993.654,57
Edifícios	1.937.964.760,38
Terrenos/Glebas	59.856.107,75
Armazéns/Galpões/Silos	10.666.944,33
Estacionamentos e Garagens	1.142.241,48
Lojas	26.314.390,85
Salas e Escritórios	24.056.180,82
TOTAL	2.353.994.280,18

Fonte: SIAFI/2017.



Notas Explicativas

Instituto Nacional do Seguro Social – INSS

Segundo Trimestre de 2017

Conforme tabela acima, cerca de 82% dos Imóveis são compostos pelos Edifícios, no qual o INSS se utiliza para desempenho de suas atividades administrativas.

Depreciação

Os procedimentos para o adequado registro da depreciação de Bens Móveis do INSS tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI Web, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN.

Nota 03 – Passivo Circulante

No segundo trimestre de 2017, constava no INSS saldo em aberto de R\$ 2.142.510.210,60 (dois bilhões, cento e quarenta e dois milhões, quinhentos e dez mil, duzentos e dez reais e sessenta centavos) referentes ao Passivo Circulante. A seguir, apresenta-se a tabela, em subgrupo.

Tabela 12 – Passivo Circulante – Composição do INSS.

R\$

Grupo	Subgrupo	2º Trimestre/2017	2º Trimestre/2016	AH%
PASSIVO CIRCULANTE	Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar - Curto Prazo	1.399.534.440,85	2.147.956.252,70	-34,84
	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	416.447.790,65	796.736.409,72	-47,73
	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	315.186,83	308.264,81	2,25
	Provisões de Curto Prazo	-	7.441,09	-
	Demais Obrigações a Curto Prazo	326.212.792,27	240.892.084,03	35,42
TOTAL		2.142.510.210,60	3.185.900.452,35	-32,75

Fonte: SIAFI, 2017/2016

A conta de Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, no segundo trimestre de 2017, teve diminuição de 34,84% em comparação ao primeiro



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

trimestre de 2016. A tabela abaixo representa a situação segregada em Indicador de Superávit Financeiro F (Financeiro) e P (Permanente).

Tabela 13 – Conta Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo.

R\$

Ano	ISF	Valor Total
2017	F	1.399.532.015,54
	P	2.425,31
2016	F	2.147.954.591,70
	P	1.661,00

Fonte: SIAFI, 2017/2016.

Redução de 34,84% com ISF F relativo ao mesmo período de 2016, e o saldo com ISF P não é expressivo nesse subgrupo de contas.

O subgrupo Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo no segundo trimestre de 2017 teve uma redução de 47,73 % com relação ao mesmo período do ano passado devido em grande parte ao contingenciamento do orçamento por meio do Decreto nº 8.961, de 16 de janeiro de 2017. A tabela abaixo representa a situação segregada em Indicador de Superávit Financeiro F (Financeiro) e P (Permanente).

Tabela 14 – Conta de Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo.

R\$

Ano	ISF	Valor Total
2017	F	158.865.634,99
	P	257.582.155,66
2016	F	329.088.048,64
	P	467.648.361,08

Fonte: SIAFI, 2017/2016.

Dessa forma, houve uma diminuição de 51,72% nos valores com ISF F no segundo trimestre de 2017 com relação ao mesmo período de 2016 e uma diminuição de 44,91% nos valores com ISF P, respectivamente.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

As tabelas a seguir apresentam os principais fornecedores do Órgão 37202 – Instituto Nacional do Seguro Social do segundo trimestre de 2017, segregados em ISF F e P.

Tabela 16 – Fornecedores com ISF F.

R\$

Fornecedores	ISF Lançamento	Saldo Atual
42422253000101 - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV	F	106.910.186,78
00360305000104 - Caixa Econômica Federal	F	3.554.842,78
01159435000146 - Provider Soluções Tecnológicas Ltda. (Em Recuperação Judicial)	F	3.130.675,59
1077145000153 - Datametrica Contact Center Ltda.	F	2.789.391,47
TOTAL		116.385.096,62

Corresponde a fornecedores que passaram da primeira fase da despesa, com emissão de empenho.

Tabela 17 – Fornecedores com ISF P.

R\$

Fornecedores	ISF Lançamento	Saldo Atual
42422253000101 - Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social – DATAPREV	P	235.442.146,24
58160789000128 - Banco Safra S A	P	5.195.215,25
07237373000120 - Banco do Nordeste do Brasil SA	P	2.323.088,57
92702067000196 - Banco do Estado do Rio Grande do Sul SA	P	1.522.124,11
TOTAL		244.482.574,17

Registros efetuados em atendimento ao regime de competência, na ocorrência do fato gerador, sem suporte orçamentário.

Nota 04 – Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante é composto pelos Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo e Demais Obrigações de Longo Prazo. É mensurado ou avaliado com base no valor original.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

No segundo trimestre, o INSS apresentou um saldo de R\$ 46,224 bilhões de Passivo Não Circulante.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Passivo Não Circulante, para o segundo trimestre de 2016 e 2017.

Tabela 18 – Passivo Não Circulante – Composição.

R\$

Passivo Não Circulante	Junho/2017	Junho/2016	% AH
Empréstimo e Financiamentos a Longo Prazo	46.224.164.859,72	40.480.329.382,50	14,19
Fornecedores a Longo Prazo	-	-	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	617.107,09	682.704,69	(9,61)
TOTAL	46.224.781.966,81	40.481.012.087,19	14,19

Fonte: SIAFI, 2016/2017.

De acordo com a tabela acima, grande parte, 99%, do Saldo Contábil no Subgrupo Passivo Não Circulante, em Junho/2017, é decorrente do Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução, que entre si celebram a União e o INSS, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.751-8 de 20/11/1997, Lei nº 9.639 de 25/05/1998 e Medida Provisória 1.868-18 de 27/08/1999, destinado a financiar o déficit financeiro do INSS.

Pela relevância, a variação apresentada de 14% dos Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo em relação ao segundo trimestre de 2016 e 2017 foi decorrente do reconhecimento da Atualização Monetária (SELIC) prevista no Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

Nota 05 – Receita da Folha de Benefícios

A Receita da Folha de Benefícios decorre do processo de reconhecimento do direito do segurado que se finaliza com o pagamento do benefício ao segurado.

Os pagamentos são realizados por meio das Instituições Financeiras – IF’s contratadas.

Até o exercício financeiro de 2009 o INSS realizava despesa, em torno de R\$ 250 milhões anuais para disponibilizar aos segurados os pagamentos junto às IF’s.

A partir de janeiro de 2010 o INSS inverteu a ótica e as IF’s passaram a remunerar o Órgão por cada benefício pago.

Todo o processo de contratação foi amplamente debatido, por meio de audiências públicas visando melhoria e garantindo a transparência necessária.

Realizou-se então o processo licitatório que culminou com anuência e aprovação do modelo pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Inicialmente o contrato contemplou somente as novas concessões, assim as IF’s remuneravam o INSS estritamente no tocante a valores pagos referentes a benefícios de novas concessões, não englobando o estoque de benefícios.

Em 2011, novo contrato foi assinado com as IF’s permitindo a cobrança de tarifas também nos pagamentos referentes ao estoque. Desta forma, a receita da folha, passou a contemplar 100% da folha de benefícios administrado pelo INSS.

A receita arrecadada é contabilizada conforme os códigos de cada leilão: 20002 (2º Leilão 016/2014), 20029 (1º Leilão nº 07/2009) e 20042 (Estoque). Seguem os valores da arrecadação até o segundo trimestre de 2017 em cada um dos códigos de recolhimento.



Notas Explicativas
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS
Segundo Trimestre de 2017

Tabela 19 – Receita do Leilão por Código de Pagamento.

R\$

Código	Segundo Trimestre/2017
20029-8 – 1º Leilão	116.128.302,30
20042-5 – Estoque	36.731.825,74
20002-6 – 2º Leilão	318.542.894,34
TOTAL	471.403.022,38

Fonte: SIAFI

Destacamos na tabela abaixo a arrecadação referente à receita do leilão dos anos de 2015, 2016 e do segundo trimestre de 2017.

Tabela 20 – Receita do Leilão – 2015 a 2017 (2º Trimestre).

R\$

Código	2015	2016	2017 (2º Trimestre)
20029-8 – 1º Leilão	236.727.481,00	232.731.700,77	116.128.302,30
20042-5 – Estoque	69.006.779,00	72.655.896,05	36.731.825,74
20002-6 – 2º Leilão	138.628.976,00	425.361.795,89	318.542.894,34
TOTAL	444.363.236,00	730.749.392,71	471.403.022,38

Fonte: SIAFI